



## ENCONTRO DE TRABALHADORES DAS EMPRESAS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, LOCAIS E REGIONAIS

### RESOLUÇÃO

O Encontro de Trabalhadores das Empresas e Serviços Municipalizados, Locais e Regionais realiza-se num momento particularmente grave da vida nacional e num quadro em que se desenvolve uma poderosa ofensiva contra a democracia, no ataque aos direitos dos trabalhadores e contra o poder local democrático com o objectivo de o desmantelar e reduzir fortemente a sua capacidade de intervenção na melhoria das condições de vida das populações e como espaço de resistência colectiva ao avanço das políticas de mercantilização e privatização.

A mando de interesses financeiros e das suas políticas neoliberais, a pretexto da troika estrangeira e indo muito além do Pacto de Agressão assinado em Maio, o governo PSD/CDS-PP pretende reduzir significativamente o número de entidades do sector empresarial local (SEL), numa lógica de entrega dos serviços ao sector privado e despedimento dos trabalhadores hoje ao serviço do SEL, não se preocupando em saber se estas entidades são úteis ou não para as populações, avaliando o serviço público prestado exclusivamente em função da liquidez e da rentabilidade.

Porque são sinuosos e perigosos os caminhos que a coligação de Passos/Portas pretendem trilhar, porque estão em causa direitos essenciais dos trabalhadores e das populações, porque é na própria democracia que se farão sentir os efeitos nefastos destas políticas, aos trabalhadores e às populações cabe resistir com determinação, ampliando a luta e a unidade em torno dos direitos, dos salários, do Poder Local Democrático e dos serviços públicos de qualidade.

Nesse sentido, o Sindicato e os trabalhadores do sector empresarial e serviços municipalizados, reunidos em Aveiro a 17 de Março 2012 decidem como principal linha de intervenção **o combate à destruição do Sector Empresarial Local e do Poder Local Democrático**, contra a privatização dos serviços públicos e em defesa dos direitos dos trabalhadores:

- Exigem o respeito pelos direitos dos trabalhadores, conquistados ao longo de décadas de luta e consagrados *na Constituição, na Contratação Colectiva e na Lei*, assegurando o ***direito fundamental ao trabalho com direitos***, no pleno respeito da dignidade humana;
- Exigem o direito á valorização salarial e o pleno cumprimento do direito ao desenvolvimento da carreira ao longo da vida profissional, pela dignificação profissional dos trabalhadores;
- Exigem o respeito pelo direito das populações a serviços públicos de qualidade, assentes nos princípios da distribuição solidária dos seus custos, numa perspectiva à escala nacional que contribua para a diminuição das assimetrias regionais e para a fixação das populações, independentemente da localização geográfica das mesmas;
- Não aceitam a dissolução/privatização de um largo conjunto de empresas e serviços municipalizados do sector empresarial local e regional nem a redução do número de trabalhadores do sector;
- Recusam uma visão da realidade empresarial da Administração Local assente apenas na sua rentabilidade e afirmam estarmos perante entidades que prestam serviços públicos essenciais, na sua maioria sem carácter lucrativo, mas antes numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida das populações;
- Rejeitam que a eventual extinção ou dissolução de entidades do SEL dê origem à privatização dos serviços públicos que prestam, exigindo nos casos em que se justifique a sua extinção ou dissolução que se opere a remunicipalização efectiva destes serviços;
- Afirmam que é indispensável o respeito pelo direito ao trabalho e pela segurança de emprego, garantindo-se o regresso dos trabalhadores em situação de cedência de interesse público e a integração nos mapas de pessoal dos que entretanto foram admitidos pelas empresas em contrato individual de trabalho.

Os trabalhadores reunidos no Encontro Nacional do Sector Empresarial Local reivindicam ainda a adopção de ***uma política que promova efectivamente o crescimento económico***, o investimento e a dinamização do sector produtivo, a criação de emprego estável e com direitos, o aumento dos salários, das pensões de reforma e das prestações e apoios sociais, promova a renegociação da dívida pública (prazos, juros e montantes) e o alargamento do período de redução do défice, promovendo política de repartição justa da riqueza, com a tributação das grandes fortunas e das mais valias obtidas na bolsa, com o combate à fraude, evasão fiscal e à economia clandestina e o fim dos escandalosos benefícios fiscais da banca e do grande sector económico.

Consideram que, tendo em conta o retrato feito pelo Livro Branco do SEL que confirma a importância do SEL, deverão ser adoptadas medidas que garantam a continuidade do ***serviço público de qualidade*** prestado às populações, corrijam algumas deficiências que ainda existem no sector, assegurando que este tem todas as condições para desempenhar importantes funções sociais do Estado, garantindo o princípio da universalidade, combatendo assimetrias e a desertificação.

Porque é fundamental combater o retrocesso social e resistir contra o pacote da exploração e empobrecimento promovido por estas políticas, o Encontro do STAL considera que é fundamental intensificar a luta e o reforço da unidade dos trabalhadores, decidindo:

1 – Apelar à determinação e ao empenhamento de todos os trabalhadores em cada local de trabalho na unidade na acção, na defesa dos seus direitos e **participar de forma empenhada na Greve Geral de 22 de Março marcada pela CGTP-IN**, contra a intenção do Governo, imposta pelo OE, de reduzir salários, subsídios e alterar as regras e valores do horário de trabalho ao mesmo tempo que propõe na AR uma nova e criminosa alteração ao Código do Trabalho.

2 – Intensificar o combate à ofensiva do Governo contra o Poder Local Democrático e contra a privatização de serviços públicos essenciais, na defesa dos direitos dos trabalhadores e das populações.

3 – Combater a proposta de revisão do Código do Trabalho (Proposta de Lei 46/XII) e a intenção anunciada de reduzir trabalhadores na Administração Local, na defesa dos postos de trabalho e do trabalho com direitos.

4 – Promover o empenhamento no combate à privatização de serviços públicos essenciais e em particular da água, do saneamento e dos resíduos sólidos, em torno da Campanha Água é de todos, exigindo o cumprimento pelo Estado das funções sociais a que está obrigado.

5 – Mandatar os órgãos da Direcção para proceder a entrega ao Primeiro-Ministro da presente Resolução transmitindo a vontade dos trabalhadores presentes em Aveiro, a 17 de Março de 2012, de defesa intransigente dos serviços públicos da Administração Local, do SEL, dos direitos laborais e aos aumentos salariais.

6 – Propor uma jornada de luta do sector para a 2ª quinzena de Abril caso se mantenha este ataque inqualificável ao Poder Local Democrático e ao Sector Empresarial Local.

**Contra o Pacote de exploração e empobrecimento**  
**Mudança de Política**  
**Emprego – Salários – Direitos – Serviços Públicos de Qualidade**

**Aveiro, 17 de Março de 2012**